

## O PARLAMENTARISMO PODE SER IMPLANTADO JÁ?

12 SET 1987

O GLOBO VIANA

## No mínimo, 25 anos

**M**ais importante do que mudar o sistema de governo, no Brasil, é fortalecer suas instituições democráticas. O parlamentarismo, feito modismo na Constituinte, depende de instituições de governo fortes. Isso não temos, e não vamos ter a curto prazo.

Nos últimos 57 anos só vivemos sete com plena liberdade política. Por isso, não menos de 25 anos seriam necessários para que se tivesse, e caso isso fosse politicamente desejável, o parlamentarismo implantado com êxito entre nós. A questão do tempo necessário para a mudança do sistema de governo não se pode resolver, portanto, com a barganha do gradualismo, até porque, essa não é uma questão do Presidente José Sarney, do seu tempo de permanência no cargo, mas questão fundamental para o futuro no nosso País, de suas instituições políticas, que não podem expor-se a aventuras nem a experiências temerárias.

Se o parlamentarismo viesse logo, com ou sem gradualismo, iniciariamos grave período de crise política e institucional, pois dele se ressaltariam, em pouco tempo, os vícios que lhe são inerentes, de modo a ofuscar, sem qualquer possibilidade de permanência, suas virtudes.

No Brasil, para haver parlamentarismo, teria de haver partidos nacionais e com coesão doutrinária e programática. Isso não há. Temos grupos (vide a Constituinte), não partidos, com duas exceções, talvez.

Nesse contexto, a direita, a esquerda e o centro pensam mais ou menos a mesma coisa sobre a maioria das grandes questões nacionais. Quase todos os constituintes — os futuros parlamentares — querem a liberdade, uma Constituição duradoura e o fortalecimento do poder civil. Todos querem ser partidários de idéias modernas; praticamente ninguém quer restabelecer, ainda que sob o véu democrático, o regime autoritário que se extinguiu. A falta de grandes bandeiras, resta o varejo político. Como não existem partidos com programa ideológico fechado (não existe um só partido que se defina pelo sistema de governo; presidencialismo ou parlamentarismo, por exemplo), segue-se que cada deputado tem suas próprias idéias sobre assuntos como política tributária, ensino, reforma agrária, política populacional, política econômica, política externa etc. Em consequência, crê-se ele autorizado a fazê-lo prevalecer sem se importar muito com aqueles que votarão junto com ele. Dessa realidade resultarão, no regime parlamentar, grupos parlamentares imprevisíveis e inusitados, bem como estranhas surpresas nas votações. Um Gabinete jamais estará seguro da sua estabilidade, da sua maioria. A cada votação corresponderá grande tensão para o Primeiro-Ministro, o que o levará a um trabalho diário de busca da construção da unidade de suas forças. Para isso terá de recorrer a transações, concessões, combinações, cambalachos mesmo, que não encontrarão paralelo em nenhum período do presidencialismo. Imaginem-se, agora, as consequências disso num país como o nosso, que não prima pela representação parlamen-

tar inteiramente independente do poder econômico.

No presidencialismo, a prática eleitoral capaz de atender ao mesmo tempo às lideranças individuais com o voto distrital e aos programas partidários com o voto proporcional, é que pode levar a sociedade a possuir instituições de governo fortes. No governo parlamentar, a ingerência dos deputados sedentos de afirmação e de realização pessoal em todos os negócios públicos será sempre um fator negativo no processo de estabilização das instituições. Com isso, perderá o Brasil.

Parece muito atual e válido para essa discussão o que disse, ao fulminar a Emissão Raul Pilla, que pretendia implantar o parlamentarismo, o então Deputado Afonso Arinos, em parecer aprovado na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados:

“Os monstros que temos de abater são outros, que não o presidencialismo. São a miséria, a ignorância, a enfermidade, o isolamento e a improdutividade das massas populares nacionais. Por trás da cortina das discussões teóricas que o povo não entende e que não interessam ao povo, aqueles flagelos estão presentes como uma guarda de espectros.”

Como em 1949, a urgência de hoje do povo brasileiro não é a mudança do sistema de governo, que, isoladamente, não resolve nada do que aí está. A prioridade do povo é a solução da crise econômica, da inflação, da violência e da crise social.

Prisco Viana é Deputado federal pelo PMDB da Bahia.

## Para ajudar na crise

IBSEN PINHEIRO

**Q**uando o Mestre Afonso Arinos falou em favor do parlamentarismo, só a sua autoridade — política, intelectual e moral — já bastava para erguer a tribuna da Constituinte a um dos seus momentos mais altos. Mas a isso ele acrescentou a qualidade de uma argumentação irresponsável, e até agora: irresponsável.

Principalmente quando radiografou o presidencialismo. Como se faz a um réu, arrolou suas culpas, apontou seus cúmplices, denunciou sua índole anti-social. E não descurou de invocar a vida pregressa do indiciado, demonstrando que os seus 98 anos de vida são responsáveis por nada menos que 54 anos de autoritarismo, com toda a sua corte de desmandos.

Qualquer meio social minimamente interessado na sua própria segurança e razoavelmente preocupado com seu futuro tem o direito de livrar-se de tal companhia, reduzi-la à incapacidade de gerar novos danos à coletividade.

No interior da Assembléia Nacional Constituinte, essa consciência é

cada vez mais clara, mais aguda, posso testemunhar. É crescente o número dos representantes que se declaram convertidos à necessidade dessa mudança para melhor.

Mesmo aqueles que não guardam maior compromisso doutrinário com o sistema parlamentar se rendem às óbvias vantagens institucionais de sua imediata adoção, conjugando-se aí a noção do permanente com o sentimento da conjuntura, para não dizer da emergência.

Não se imagina parlamentarismo contra ninguém. E a favor, do Brasil e principalmente de sua democracia. Um sistema que não pode prescindir de um parlamento livre e de um presidente forte na representatividade do voto popular. Um regime para ficar e melhorar.

Não se imagina também um parlamentarismo só para o futuro. Se é o melhor, precisamos dele para já. Para ajudar na crise. Para reavivar esperanças. E para desestimular o sebastianismo demagógico que se adivinha inevitável num indesejável período de carência defendido por uns poucos.

Ao Presidente Sarney a História reserva o papel essencial de ser o introdutor desse novo tempo — muito mais relevante que o de vencedor

de uma eventual batalha parlamentar que fatalmente racharia ao meio a Constituinte, para dar à luz um enfeitado que já nasceria mal-amado e não teria nenhum futuro.

O contrário é fácil de imaginar. As correntes majoritárias da Constituinte são naturalmente parlamentaristas, por instinto democrático ou convicção doutrinária. Se a elas for agregado o peso da liderança presidencial, não lhes faltará, tenho a certeza, a visão histórica de Ulysses. E a soma dessas vontades produziria — produzirá! — o milagre tão procurado do consenso.

Os sintomas são bons. Quando se fala em presidencialismo mistigado ou parlamentarismo misto, estamos todos fazendo um esforço de caminhar para o meio, para o terreno contíguo da convivência, onde França e Portugal edificaram duas obras de construção democrática que vão bem, obrigado.

Sarney pode ser o engenheiro dessa obra. Competência política não lhe falta para construir a ponte para o futuro. Ou, como poeta, fazer o enjambement.

Ibsen Pinheiro é Deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul.